



Relatório da

Visita de uma delegação do Grupo de Trabalho – Inclusão e Direitos das Pessoas com Deficiência:

- **Ao Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI) de Évora; e**
- **À Coração Delta – Associação de Solidariedade Social (Grupo Nabeiro), em Campo Maior.**

- 14 de março de 2023 -

Manhã - Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI) de Évora

Passavam alguns minutos das 11 horas do dia 14 de março de 2023, quando uma delegação do Grupo de Trabalho – Inclusão e Direitos das Pessoas com Deficiência, constituído na esfera da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, foi recebida na sede da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental (APPACDM) de Évora, sita na Rua Dr. Fernando José Soares Pinheiro, nº 5B, em Évora.

A delegação era constituída pela Coordenadora do grupo de trabalho, Deputada Emília Cerqueira (PSD), e pelas Senhoras Deputadas Cristina Sousa (PS), Marta Freitas (PS), Carla Madureira (PSD), Helga Correia (PSD) e Carla Castro (IL). Integraram a delegação as Assessoras dos Grupos Parlamentares do PS, da IL, do PCP e do BE, respetivamente, Dra. Cristina Silva, Dra. Sofia Ribeiro, Dra. Helena Silva e Dra. Catarina Silva, e o Assessor do Grupo Parlamentar do PSD, Dr. Paulo Pinheiro. Acompanharam a delegação a Assessora e o Técnico de Apoio Parlamentar da Comissão, Vanessa Louro e José Manuel Jesus.

Por parte da APPACDM de Évora, a delegação foi recebida pela Presidente da Direção, Rosa Moreira, pela Coordenadora do Projeto do Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI) de Évora, Maria Inácia Campaniço, pela Gestora do Projeto do CAVI, Ana Fernandes, pelo Sociólogo do Projeto do CAVI, Filipe Piteira, por um destinatário do serviço prestado no CAVI, Jaime Coelho, por uma assistente pessoal do CAVI, Fátima Barroso, e pela coordenadora das Residências de Autonomização e Inclusão, Ana Maria Apolónio.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão
Grupo de Trabalho – Inclusão e Direitos das Pessoas com Deficiência

Chegada à APPACDM, a delegação foi encaminhada para uma sala onde decorreu uma [apresentação](#)¹ inicial sobre o projeto do CAVI de Évora, conduzida pela Coordenadora do Projeto, e também utente, Maria Inácia Campaniço. A Coordenadora começou por informar que a apresentação decorria na sede da APPACDM porque o espaço de trabalho do CAVI de Évora era mais pequeno, prosseguindo depois com a exposição, na qual começou por aludir, de forma genérica, à missão da APPACDM e às várias respostas que esta instituição integrava, desde logo o CAVI.

Explicou os pressupostos do modelo de apoio à vida independente, enfatizando o princípio da autodeterminação e o direito das pessoas com deficiência a viverem as suas vidas de forma autónoma. Quanto ao CAVI de Évora, integrado no referido modelo, referiu as datas de início do projeto e de início da intervenção propriamente dita, respetivamente, 15 de fevereiro e 16 de maio de 2019, dando nota de que o centro abrangia 39 destinatários, vindos de Évora e outras zonas limítrofes, e dispunha de 33 assistentes pessoais.

Exemplificou as várias ações e atividades que têm sido desenvolvidas no CAVI, desde ações de sensibilização e de divulgação a ações de formação. Disponibilizou um conjunto de dados sobre a caracterização quer dos destinatários do CAVI, quer dos assistentes pessoais, e referiu a monitorização que tem sido feita ao projeto, em parceria com o Departamento de Sociologia da Universidade de Évora.

Houve lugar à partilha de algumas dificuldades sentidas no projeto, das quais destacamos a limitação na disponibilidade dos assistentes pessoais, a gestão dos seus horários e os obstáculos na sua substituição quando surge um problema ou um impedimento.

De forma sucinta, foram apresentados os dados de um estudo, elaborado pelo Sociólogo do CAVI, sobre o impacto do projeto na qualidade de vida dos destinatários e foi referida informação sobre a execução financeira do projeto.

A delegação recebeu uma pasta com documentação relativa à APPACDM e ao Projeto do CAVI, que incluía um [documento](#), enviado à Secretária de Estado da Inclusão, com um conjunto de sugestões de alteração ao [Decreto-Lei n.º 129/2017, de 9 de outubro](#), que «Institui o programa Modelo de Apoio à Vida Independente».

Seguiu-se o testemunho de um dos destinatários do Projeto do CAVI, Jaime Coelho, e da assistente pessoal que lhe presta apoio, Fátima Barroso, que partilharam com a delegação

¹ Apresentação disponível para consulta na [página da visita](#), no *site* do Parlamento.

aquela que tem sido a sua experiência, salientando os aspetos positivos do projeto, bem como o seu potencial no combate ao estigma que impende sobre cidadão com deficiência.

Antes de ser abordada a temática específica das residências de autonomização e inclusão, a Presidente da APPACDM, Rosa Monteiro, expressou a preocupação sentida sobre continuidade do projeto do CAVI, uma vez que a fase piloto terminava em junho de 2023 e, até à data, não existia informação sobre o aconteceria depois.

A Coordenadora das Residências de Autonomização e Inclusão do CAVI de Évora, Ana Maria Apolónio, deu nota, de forma breve, sobre alguns aspetos da organização das residências, referindo que estas começaram a ser habitadas em 30 de dezembro de 2015. Explicou que não existiam critérios na admissão relativos ao tipo de incapacidade de quem se candidatava e enfatizou o princípio que norteava o funcionamento das residências, de estimular a decisão dos utentes sobre as suas próprias vidas, promovendo a sua plena autonomia. Informou, ainda, que, das 10 pessoas que viviam nas residências, 8 estavam plenamente integradas na comunidade, designadamente no mercado de trabalho e referiu que a equipa que as auxiliava era constituída por 9 elementos. Observou, também, que havia uma experiência do mesmo género, mas implementada num apartamento, num prédio com outros habitantes, portanto, inserida na comunidade, enaltecendo esse modelo e afirmando que devia ser replicado.

No final, a delegação foi convidada a visitar a residência de autonomização e inclusão destinada às utentes femininas, que está instalada no mesmo local da sede da APPACDM de Évora, conhecendo os seus espaços e condições. A visita proporcionou o aprofundamento da troca de impressões sobre o funcionamento e organização das residências autónomas.

A visita terminou alguns minutos depois das 12 horas e 30 minutos e o programa do dia foi interrompido para uma pausa para almoço.

Tarde - Coração Delta – Associação de Solidariedade Social (Grupo Nabeiro), em Campo Maior

Às 15 horas e 46 minutos, na chegada à sede da Coração Delta, sita na Rua do Brasil, n.º 4, em Campo Maior, a delegação foi recebida pela Secretária da Associação, Dra. Dionísia Gomes, e por dois representantes do Município de Campo Maior, o Presidente da Câmara Municipal, Luís Rosinha, e o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Grifo.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão
Grupo de Trabalho – Inclusão e Direitos das Pessoas com Deficiência

O Presidente da Câmara fez uma alocução inicial, dando as boas-vindas à delegação e referindo alguns dos projetos do Município na área dos direitos das pessoas com deficiência, em particular, no que respeita à temática da educação inclusiva. Destaca-se o projeto «garantia para a infância», bem como um protocolo estabelecido com a APPACDM de Elvas para que, nos períodos não letivos, fossem asseguradas atividades às crianças. Falou ainda da ligação entre o município e as associações locais, entre as quais a Coração Delta, enaltecendo o trabalho desta associação junto da comunidade de Campo Maior.

De seguida, usou da palavra a Dra. Dionísia Gomes, em nome da Coração Delta, começando por justificar a ausência do Senhor Comendador Rui Nabeiro que, por questões de saúde, não pode estar presente. Prosseguiu fazendo uma breve resenha histórica da criação da Associação, explicando que, na sua génese, esteve presente a preocupação do Senhor Comendador com os seus colaboradores, em concreto, com os filhos dos colaboradores, aliada à necessidade de superar as carências do Concelho quanto a infraestruturas como creches e afins.

Depois, passou à atuação da Associação e aludiu à intervenção precoce na infância, programa integrado na área da saúde, que se destina a crianças com alterações nas funções ou estruturas do corpo ou com risco grave de atraso no desenvolvimento, desde o seu nascimento até aos 6 anos de idade. Deu nota de que aquela intervenção abrangia crianças de 3 concelhos: Campo Maior, Arronches e Monforte, sendo facultados diversos serviços, entre outros, terapia ocupacional, terapia da fala ou psicologia.

Em setembro de 2006, identificada a necessidade de continuar a acompanhar as crianças após os 6 anos de idade, foi criado um serviço de apoio ao desenvolvimento de crianças e jovens, com intervenção de uma equipa multidisciplinar e cujos objetivos passam pela integração futura no ensino superior ou na vida ativa. Este Serviço acompanha 69 jovens de Campo Maior e garante que as terapias e atividades disponibilizadas às crianças e jovens durante o período letivo permanecem nos períodos não letivos. Entre os apoios concedidos, mencionou o acompanhamento a consultas, o serviço social, o apoio à educação inclusiva, os projetos nas escolas de Campo Maior e os rastreios auditivo e oftalmológico. Deu o exemplo de 4 jovens que, através de protocolo com a APPACMD de Elvas, foram integrados na vida ativa e estavam a trabalhar numa das empresas do Grupo Nabeiro, a Novadelta.

Na sua intervenção, a Dra. Dionísia Gomes expressou a preocupação da Associação em relação a alguns aspetos, desde logo o número crescente de casos de crianças com perturbações do neurodesenvolvimento; a criação de uma rede apoio que envolva todos os



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão
Grupo de Trabalho – Inclusão e Direitos das Pessoas com Deficiência

interlocutores (pais, educadores, escolas, etc); a inexistência de um resposta estruturada para as crianças e jovens, com mais de 6 anos de idade, e com necessidades educativas especiais; e a dificuldade de recrutamento de terapeutas da fala, sugerindo, a este propósito, que a criação de formação nesta área, na região do interior do país, poderia facilitar a fixação de profissionais.

Por fim, falou sobre o Centro Educativo Alice Nabeiro, criado como uma aposta nos jovens e no futuro, preocupação central do Senhor Comendador, e integrado na área da educação. Salientou que o empreendedorismo social era a ideia que guiava a atividade do centro educativo, aludindo ao projeto «[escola empreendedora](#)», que já chegou a escolas e outras instituições de 37 municípios e que tem como lema «ideias para mudar o mundo».

A delegação foi convidada a conhecer o espaço onde funcionava o centro educativo, não sem antes ter ocorrido um pequeno momento para troca de prendas.

Na visita ao centro educativo, a delegação ficou a conhecer os diferentes espaços e as diversas oficinas, dedicadas à ciência, às artes ou à leitura, ocasião que proporcionou contacto direto com as crianças e os educadores.

A visita terminou perto das 18h, tendo a delegação chegado à Assembleia da República depois das 20h30.

Palácio de São Bento, 14 de março de 2023

**A Coordenadora do Grupo de Trabalho – Inclusão e Direitos das Pessoas com
Deficiência**

Emília Cerqueira